**Ações de fiscalização em 2022**

O estado de Rio Grande do Sul tem 497 municípios. A Fiscalização, conta atualmente com 2 funcionárias, uma nova fiscal, desde maio de 2022, uma secretária, não temos veículo próprio e estrutura de suporte. O trabalho é exercido sistematicamente a partir da Sede (Porto Alegre) alcançando todo o Estado, sem conseguir atingir ainda

a todos os serviços, em razão do número contido de fiscais e da dimensão territorial do Estado. São atividades, coordenadas e *in loco*, com o objetivo de fiscalizar a realização e/ou execução de políticas públicas pelos Órgãos e Entidades Gaúchas.

Essas atividades são realizadas sem aviso prévio aos

jurisdicionados de maneira coordenada, em diversas de localidades, a fim de aferir a qualidade dos serviços prestados à população. O objeto de cada Fiscalização Ordenada, bem como os Órgãos e Entidades a serem auditados são definidos previamente, a partir de informações estratégicas coletadas nos diversos sistemas e banco de dados, portal da transparência, entre outros . Os achados da fiscalização são reunidos neste relatório consolidado para divulgação dos resultados e/ou as providências cabíveis.

É a fiscalização que desenvolve no pleno andamento das

obrigações que são devidas pelo Poder Público e o não atendimento às advertências derivadas dessa fiscalização podem dar causa à apuração de responsabilidades, aplicação de multas, dentre outras. Pilar principal ao atendimento do interesse público e respeito à cidadania. A fiscal realiza visitas periódicas às bibliotecas, centros de

documentação e informação, Prefeituras, Secretarias de Educação e Cultura, hospitais, museus, dentre outros locais que realizam atividades Biblioteconômicas

São visitas preventivas que, além de verificar o cumprimento da legislação que exige a presença do profissional bibliotecário devidamente qualificado, orienta o empregador que está em desacordo com a lei. Nesse ano foi elaborado a Cartilha com a legislação, no intuito de orientar a sociedade em geral sobre as a obrigatoriedade da atuação de bibliotecários na gestão de bibliotecas. De início, a equipe entendeu a importância de se aprofundar na contextualização do problema por ser o tema bastante complexo, demandando-se o exame não somente da política específica de combate à desinformação.

Ressalta-se que todas as medidas aplicadas pela fiscal, se baseia na legislação vigente e no conjunto de Resoluções do Conselho Federal de Biblioteconomia. No que tange ainda às medidas, essas são constituídas de orientações, esclarecimentos, alertas quanto a eventuais riscos identificados em cada fiscalizado, bem como, nos casos de constatação de irregularidades, a lavratura de autos de constatação com prazo para corrigir e/ou de infração. Embora haja o planejamento, nem sempre é cumprido, por motivos alheios a nossa vontade, ocorrendo a inversão das

atividades, de modo a priorizar demandas administrativas internas. Sempre que existe a necessidade de deslocamento do fiscal para execução de rotas no interior do estado, há a concessão de diárias nos termos de resolução própria, variando em quantidade e valor conforme

distância percorrida e horário de retorno à sede. Ressalta-se que há regiões cujas escolas se encontram em locais de difícil acesso, longe da cidade, o que dificulta ainda mais a consecução das visitas técnicas.

Em busca de dar maior visibilidade e divulgar as ações de fiscalização realizadas, o Conselho, elaborou uma tabel com as informações referentes aos processos produzidos, às infrações fiscalizadas e ao atendimento das denúncias recebidas e listagem dos editais fiscalizados, com a finalidade de dar transparência às ações de fiscalização da autarquia.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **Municípios visitados** | **Número****de visitas** | **População** | **PIB****R$ (1000)** | **Financiamento** | **Última fiscalização** | **Denúncia** |
|  | Porto Alegre | 17 | 1.492.530 | 55.555,39 | CRB-10 | 2019  | Sim |
|  | Novo Hamburgo | 9 | 247.303 | 39.592,60 | CRB-10 | 2013 | Sim |
|  | Canoas  | 5 | 349.728 | 59.519,12 | CRB-10 | 2018 | Sim |
|  | Gravataí | 9 | 285.564 | 44.034,18 | CRB-10 | 2019 | Sim |
|  | Sapucaia do Sul | 5 | 142.508 | 25.082,24 | CRB-10 | 2018 | Não |
|  | São Leopoldo | 5 | 240.378 | 42.740,23 | CRB-10 | 2018 | Não |
|  | Guaíba | 5 | 98.331 | 65.607,03 | CRB-10 | 2018 | Sim |
|  | Esteio | 4 | 83.352 | 41.305,97 | CRB-10 | 2018 | Sim |
|  | Cachoeirinha | 5 | 132.144 | 43.649,77 | CRB10 | 2019 | Não |
|  | São Marcos | 3 | 21.756 | 46.359,02 | CRB10 | 2019 | Sim |
|  | Lajeado | 5 | 86.005 | 55.616,48 | PAFIS | 2013 | Não |
|  | Santo Antônio da Patrulha | 4 | 43.397 | 33.598,69 | PAFIS | 2007 | Não |
|  | Santa Cruz do Sul | 5 | 132.271 | 75.387,36 | PAFIS | 2013 | Sim |
|  | Campo Bom  | 5 | 69.981 | 48.004,71 | PAFIS | 2010 | Não |
|  | Portão  | 5 | 38.081 | 34.120,19 | PAFIS | 2005 | Não |
|  | Nova Prata | 5 | 28.021 | 47.844,43 | PAFIS | 2010 | Não |
|  | Flores da Cunha | 8 | 31.352 | 60.310,20 | PAFIS | 2008 | Não |
|  | Ivoti | 5 | 25.068 | 40.758,91 | PAFIS | 2009 | Não |
|  | Palmeira das Missões | 5 | 32.967 | 44.696,96 | PAFIS | Nunca Fiscalizado | Não |
|  | Horizontina | 4 | 19.446 | 90.082,54 | PAFIS | 2005 | Não |
|  | Três de Maio | 7 | 23.846 | 46.448,67 | PAFIS | 2005 | Não |
|  | Sarandi | 4 | 25.024 | 40.917,78 | PAFIS | Nunca Fiscalizado | Sim |
|  | Panambi | 5 | 44.583 | 51.209,05 | PAFIS | Nunca Fiscalizado | Sim |
|  | Cruz Alta | 5 | 59.561 | 62.863,69 | PAFIS | 2008 | Não |
|  | Caxias do Sul | 4 | 523.716 | 52.873,85 | PAFIS | 2018 | Sim |
|  | Santo Ângelo | 6 | 77.544 | 36.452,12 | PAFIS | 2008 | Não |
|  | Santa Rosa | 6 | 73.882 | 43.564,15 | PAFIS | 2009 | Não |
|  | Santo Cristo | 3 | 14.177 | 41.951,41 | PAFIS | Nunca Fiscalizado | Não |
|  | Lagoa Vermelha | 4 | 27.751 | 41.206,30 | PAFIS | 2008 | Sim |
|  | Arroio Grande | 3 | 18.185 | 29.657,67 | PAFIS | Nunca Fiscalizado | Não |
|  | São Francisco de Assis | 3 | 18.081 | 25.633,40 | PAFIS | Nunca Fiscalizado | Não |
|  | Santa Maria | 11 | 285.159 | 31.074,58 | PAFIS | 2016 | Sim |
|  | Piratini | 3 | 20.743 | 23.343,32 | PAFIS | Nunca Fiscalizado | Não |
|  | Quaraí | 4 | 22.531 | 21.163,90 | PAFIS | Nunca Fiscalizado | Não |
| **Total** | **186** |  |

Em 2022, o CRB-10 realizou ações de fiscalização em 186 instituições no Estado, de modo que se realizaram ações integradas.

·A fiscalização autuou 21 instituições com abertura de processos

·Atendimento a 35 denúncias e ações de rotina.

·151 visitas preventivas

· Também há fiscalização na verificação dos editais publicados no Estado, que envolvem serviços de Biblioteconomia, averiguando se os requisitos para investidura no cargo incluem curso superior completo em Biblioteconomia e registro no Conselho Regional.

Durante esse período ainda foram enviados

49 ofícios,

39 notificações,

1circular a todas as prefeituras. Além disso, foram abertas 6 novas vagas de trabalho para bibliotecários, decorrentes de ações da fiscalização.